



ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPREENDEDORES APONTAM GARGALOS E APRESENTAM PROPOSTAS PARA DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

SEMINÁRIO O IPHAN NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS JURÍDICAS DISCUTIU O APERFEIÇOAMENTO DO LICENCIAMENTO COM FOCO NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Tereza Sá



Auditório da CNC, em Brasília, recebeu mais de 200 profissionais das áreas de engenharia, arqueologia, direito, biologia, gestão pública e mineração, entre outras, nos dias 22 e 23 de outubro

Foram 15 horas de debates, palestras e painéis, entre a segunda (22) e a terça-feira (23), durante o seminário 'O Iphan no licenciamento ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas'. Nesta edição, o CBIC MAIS traz uma matéria especial sobre essa parceria inédita entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Confira!

Realizado pelo Iphan e pela CBIC – por meio das suas comissões de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMA) e da Indústria Imobiliária (CII), e em correalização com o Senai Nacional – o encontro contou com o apoio das confederações nacionais dos Municípios (CNM) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O

seminário envolveu presencialmente mais de 200 profissionais das áreas de engenharia, arqueologia, direito, biologia, gestão pública e mineração, entre outras.

O setor da construção propôs uma otimização no enquadramento nos níveis para o licenciamento ambiental (extinção do Nível 2 para empreendimentos de loteamento) e o Ministério Público Federal se manifestou favorável a esse entendimento, considerando que os técnicos teriam mais tempo para atuar naquilo que lhes cabe e que a responsabilidade de veracidade das informações seria do empreendedor. O Iphan se colocou aberto para iniciar esse diálogo.

Segundo o vice-presidente da Câmara Brasileira da

Tereza Sá



Adalberto Cleber Valadão, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Indústria da Construção, Adalberto Cleber Valadão, a temática é estratégica para o desenvolvimento do país e para as gerações futuras, pois a CBIC tem defendido o aperfeiçoamento das normas e procedimentos do licenciamento ambiental em perfeita sintonia com a proteção ambiental e cultural. “Julgamos que é possível

evoluir e esse é o motivo de aprofundarmos o diálogo com o Iphan. Estamos semeando um novo entendimento e, com isso, mais oportunidades de realizarmos projetos e obras estruturantes”, afirmou Valadão, que na solenidade de abertura representou o presidente da entidade, José Carlos Martins.

A presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Katia Santos Bogea, afirmou que o órgão absorverá os apontamentos feitos durante o evento para verificar o que pode ser melhorado. “Os últimos dois anos foram muito intensos e nós procuramos resolver o maior gargalo do mercado, que é justamente enfrentar o problema dos prazos, para dar a resposta que os empreendedores necessitam”, considerou Bogea no primeiro dia do seminário.

Essas e todas as outras participações ao longo do evento foram transmitidas do auditório da CNC, em Brasília, por meio da página da CBIC no Facebook. As apresentações também estão disponíveis no endereço <https://cbic.org.br/sustentabilidade/downloads/>.

PALESTRAS SOBRE O PAPEL DO JUDICIÁRIO E A NECESSIDADE DE SEGURANÇA JURÍDICA ABREM EVENTO



Tereza Sá

Após a solenidade de abertura do seminário, na segunda-feira (22), o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin realizou a palestra 'A tutela do Meio Ambiente Cultural no Licenciamento Ambiental', na qual analisou a jurisprudência do STJ e fez um corte temático sobre o tratamento dos bens culturais na legislação nacional.

O ministro reforçou o entendimento de que a legislação do patrimônio histórico cultural deve ser interpretada da forma mais protetora possível. "É dever nosso – dos juízes, do administrador e do ator econômico privado –, dar uma interpretação à legislação do patrimônio histórico e cultural, no caso de dúvida, que seja mais favorável à manutenção e à conservação daquele bem",

Tereza Sá



Marcos Saes, advogado e consultor da CBIC

resumiu o ministro.

PREVISIBILIDADE

A segunda palestra da manhã foi conduzida pelo advogado e consultor da CBIC Marcos Saes, que explanou sobre 'Licenciamento Ambiental: A necessidade de Segurança Jurídica para a construção do Desenvolvi-

mento Sustentável'.

O advogado citou o excesso de regramentos existentes acerca do licenciamento ambiental e temas relacionados. “Há mais de 20 mil normas regulamentando a questão ambiental. A média neste ano foi de cinco novas por dia, entre as famosas instruções normativas, resoluções e portarias até leis nas diferentes esferas”, exemplificou. “Entretanto, o empreendedor precisa de previsibilidade, segurança jurídica. O que ele quer é uma regra que funcione e defina quem licencia o que”, defendeu o palestrante.

Saes também levou à mesa a problemática da judicialização de processos que lotam os tribunais e argumentou que uma causa só deve ser levada a um magistrado em último caso. “Em quase tudo discutimos licenciamento ambiental e ele deve ser bem feito. Entretanto, o ideal é ter previamente um zoneamento bem feito, como se faz na Austrália, por exemplo, e, ao idealizarmos um empreendimento, investirmos tempo e dinheiro para saber como fazer e não se pode ou não fazer naquele local. Por isso precisamos dialogar e buscar soluções que atendam a todos”, afirmou.

ENTIDADES FEDERAIS E ESTADUAIS DISCUTEM A CONSULTA AO IPHAN NO LICENCIAMENTO E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NA IN Nº 1/2015

Tereza Sá



No primeiro painel do seminário, realizado na tarde de segunda-feira (22), o tema foi 'A Consulta ao Iphan no Licenciamento Ambiental Estadual'. O presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio

Ambiente (Abema) e secretário estadual de meio Ambiente do Espírito Santo, Aladim Cerqueira, ressaltou que o Brasil tem hoje uma grande necessidade de se desenvolver. “Nós temos um país descolado do crescimento

que o mundo está tendo, com dificuldade de geração de emprego e de caixa nos estados e na União, e quem vai nos tirar deste estágio é a atividade econômica, a geração de empregos. São novas atividades, são pessoas assumindo risco”, apontou.

Para Cerqueira, é necessário criar caminhos para que empreender no Brasil não seja uma atividade tão causticante quanto tem sido. Ele crê que o licenciamento ambiental é uma das ‘pernas’ que precisa evoluir, com visão mais estratégica, sem que toda a carga legal vá para o custo da atividade do empreendedor. “Os estados podem ajudar, podem trazer para o cenário muitas soluções, por meio da Abema, pois estamos no operacional e geramos muito conhecimento nos estados”, explicou.

Oriundos do Espírito Santo, assim como Aladim Cer-

queira, a superintendente do Iphan local, Elisa Taveira, e Sérgio Fantini, presidente do Instituto Estadual de meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), falaram sobre como são cumpridos, em território capixaba, os protocolos pelos órgãos para licenciamento e possíveis soluções para diminuir custos e dar mais celeridade e transparência a processos.

“Hoje a gente tem que ter uma ação concomitante em vários processos. O lema tem tentado ao máximo trabalhar com municípios, empreendedores e consultorias para que problemas nesse sentido sejam minimizados”, revelou Fantini. “Desde 2016, o estado delegou aos municípios várias atividades de licenciamento. A gente precisou então procurar as prefeituras para explicar o Iphan e a instrução normativa para que os técnicos conseguissem entender a necessidade do Instituto estar nesse processo”, comentou Taveira.

Tereza Sá



MUDANÇAS NA IN Nº1/2015

O diretor regional do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) em Campinas, Marcelo Coluccini (foto) informou que os empreendedores têm encontrado dificuldades para aplicação da Instrução Normativa Iphan 01/2015, de 25 de março de 2015, que estabeleceu procedimentos administrativos a serem observados pelo Iphan nos processos de licenciamento ambiental. “Entendo que a solução para muitos problemas esteja na atualização da IN, levando em consideração alguns fatores e experiências adquiridas nestes três anos de vigência da referida norma”, opinou.

A principal proposta da Indústria da Construção apresentada por Coluccini é aumentar a área dos loteamentos enquadrados no Nível I, passando dos atuais 6 hectares para 70 hectares, e os responsáveis técnicos por esses empreendimentos passariam a assinar o Termo de Compromisso do Empreendedor, já previsto na normativa, e seriam responsáveis por suspender

as obras e comunicar imediatamente o Iphan na hipótese de ocorrência de achados de bens arqueológicos na área do referido empreendimento, sob pena das medidas cíveis e penais cabíveis. Consequentemente, para ele, haveria a extinção da classificação Nível II para os empreendimentos tipo loteamento.

Segundo Coluccini, o Iphan também poderia continuar a exigir estudos de Nível III em áreas inferiores a 70 hectares, desde que elas estejam inseridas em regiões de relevante interesse arqueológico, disponibilizadas através de um levantamento prévio e divulgadas para conhecimento dos empreendedores que tenham interesse em realizar empreendimentos nessa região, para que assim possam se programar quanto ao custo e prazo de aprovação desse projeto. Ele lembrou que a obrigação de o Iphan se manifestar em todos os casos de implantação de edificações com área de projeção superior a cinco mil metros quadrados e em todos os processos de implantação de loteamentos gerou um aumento repentino nas demandas a serem atendidas pelos técnicos das superintendências regionais do instituto, mas que, infelizmente, esse aumento da demanda ocasionou atrasos nas análises dos processos pelo Instituto, que deixou de cumprir os prazos estipulados na Instrução.

“Como a análise do Iphan é uma das etapas do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, o atraso nessa etapa acaba gerando um prejuízo em cadeia de todo o processo de início das obras”, justificou. “Entendo que dessa maneira, com a otimização da IN, os técnicos do Iphan teriam mais tempo para a realização de fiscalização dos empreendimentos com obras em execução, identificando e atuando os empreendedores que estejam agindo em desacordo com a Instrução Normativa. Com essas propostas, acreditamos na oportunidade de iniciar um grupo de trabalho para alteração da normativa”, defendeu Coluccini.

Segundo o diretor do Secovi, além do não atendimento dos prazos, a Indústria da Construção não tem encontrado suficientemente profissionais que atendam aos requisitos exigidos para prestarem os serviços arqueológicos. “A quantidade de arqueólogos é insuficiente para a quantidade de projetos”, afirmou.

Tereza Sá



O segundo painel da tarde tratou, no âmbito nacional, 'A Consulta ao Iphan no Licenciamento Ambiental'. Larissa Amorim, diretora de licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), afirmou que a autarquia tem procurado aperfeiçoar sistemas e procedimentos para dar maior celeridade aos serviços e apresentou o formato de colaboração entre o órgão e o Iphan. "É uma demanda crescente e contínua, até porque o licenciamento não se finda. O Ibama faz o acompanhamento dele durante toda a sua vida útil", explicou.

Procurador chefe do Iphan, Heliomar Alencar tratou brevemente da inserção da instrução Normativa Nº 1 de 2015, do Iphan, no ordenamento jurídico e sobre

questionamentos a respeito de sua aplicação no âmbito estadual e municipal.

Em complemento, a difusão, a aplicação e a consolidação da norma foram detalhadas por Roberto Stanchi, coordenador técnico nacional de licenciamento do Iphan, que esmiuçou o trabalho de preservação do patrimônio cultural acautelado no processo de licenciamento e a relação com o Ibama e os órgãos estaduais de defesa do meio ambiente. "Essa relação é essencial pois há diversos bens culturais protegidos por lei que, ainda que fora da competência ambiental, são impactados de maneira irreversível por ações decorrentes de licenças ambientais emitidas", destacou.

Tereza Sá



CONFIANÇA E RESPONSABILIZAÇÃO

Representando o Ministério Público Federal (MPF), a procuradora da República Zani Cajueiro (foto) avaliou a relação entre atores no licenciamento ambiental e lembrou que o MPF busca a interlocução para pacificar divergências, mas que em muitos casos, o órgão judicializa uma causa como forma de recuperar a interlocução. "Não raro, é necessário fazer isso para que se consiga uma liminar", defendeu Cajueiro.

Ela concordou com a proposta de Marcelo Coluccini, do Secovi-SP, para inclusão no Nível 1 da IN Nº 1/2015 do Iphan licenciamentos até 70 hectares, ampliando o tamanho dos terrenos a serem englobados e simplificando o processo, e que o Instituto tenha poder de polícia, sendo incluído no Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). "O empreendedor que entre para o Nível I ou faça a autodeclaração poderá avançar. Mas se ele quebrar a con-

fiança com o Iphan, ele quebra junto. No Brasil não existe isso, porque o Iphan não tem poder de polícia", ilustrou, sugerindo que o Instituto possa aplicar penalidades em caso de descumprimento de compromissos.

Ainda de acordo com Zani Cajueiro, "o empreendedor que fizer tudo by the book [exatamente de acordo com as regras ou a lei], parabéns para ele. Isso é de mercado. Ele vai ter um menor custo. Mas se não fizer, multa nele", reforçou a procuradora, defendendo que se deve confiar no empresário, mas que deve-se poder responsabilizá-lo diretamente.

Como consultor da CBIC, o advogado Marcos Saes (foto abaixo) também apoiou a sugestão de Coluccini, para alterações da IN do Iphan. "Quando o Secovi-SP traz isso ele está falando do empreendedor sério. O empreendedor só quer saber o que ele precisa fazer. E se não fizer, penalização nele, em ação criminal e no que precisar", afirmou. "Nós, da CBIC, defendemos que o empreendedor saiba o que, quando,

Tereza Sá



onde e como fazer; que ele participe do processo e ele se conclua sem judicialização”, ratificou.

Segundo o advogado, ele entende que chegou a hora dos arqueólogos do Iphan confiarem nos arqueólogos que não são do Iphan e de consultores do Ibama acreditarem em consultores ambientais que não são do Ibama. “A gente não vai conseguir fazer concurso para ter dois mil funcionários em cada órgão. Multa se paga. Se o empreendimento passar a ser Nível 1 e o empreendedor entregar algum relatório falso, é crime. Não precisa nem ficar na responsabilidade administrativa. Pode ser criminal”, argumentou.

Marcos Saes (foto) também defendeu que o licenciamento deve prever que medidas compensatórias sejam vinculadas aos impactos do empreendimento e que a otimização normativa do Iphan pode ir além. “Acredito que tivéssemos uma Lei em vez de uma IN, isso seria muito bom para o Iphan, Ibama, setor produtivo, ONGs e MP”, apontou o consultor.

ESPECIALISTAS DEBATEM CRITÉRIOS PARA LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTOS

Tereza Sá



Na terça-feira (23) pela manhã, o painel de abertura tratou de 'Critérios para atuação do Iphan no licenciamento de loteamentos'.

O diretor do Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, Flávio Calippo, analisou a manifestação do Iphan sobre os projetos de loteamento no estado de São Paulo entre os anos de 2015 e 2017. Ele também apresentou as ações do Centro para o aprimoramento da avaliação do impacto ao patrimônio arqueológico, em especial por meio do monitoramento e da normatização dos processos.

Representando a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a gerente de fiscalização Mayla Fukushima comentou a experiência da repartição a partir da Instrução Normativa do Iphan Nº 1 de 2015, citando a elucidação de impasses sobre o modo de aplicação e sobre problemas nos licenciamentos. Ela também apontou as soluções que vêm sendo discutidas com o Instituto, como o aprimoramento das linhas de corte para estudos arqueológicos.

Andrey Schlee, diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) do Iphan lembrou

que o Instituto se impõe desde 1937 como instituição responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro e combateu a ideia de que o Instituto 'atrapalha'. "Retirar o Iphan do licenciamento é estabelecer o caos, porque o que vai haver é embargo de obra e judicialização de procedimentos e de ações diretas, emperrando o desenvolvimento nacional", afirmou.

Sócia-fundadora da A Lasca Consultoria, Lúcia Juliani,

fez apresentação técnica sobre as características de sítios arqueológicos e sobre o conjunto normativo atual para a avaliação em áreas de loteamentos. A pesquisadora também esmiuçou a relação entre a tipologia e a dimensão de empreendimentos e o potencial de existência e localização de sítios arqueológicos, utilizando fotos e mapas da identificação recente de materiais pré-históricos em loteamentos no Vale do Paraíba, em São Paulo.

Tereza Sá



O vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Sindicato da Habitação (Secovi-SP) e presidente da Aelo (Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano), Caio Portugal (foto) falou sobre o diálogo com o Iphan para o desenvolvimento de loteamentos e sobre o licenciamento a partir da INN^o1/2015.

"A nossa proposta de construir alguma forma de uma revisão dos níveis [da instrução normativa] é para enquadrar aquilo que possa ser definido como autodeclaratório, com o mínimo de orientação básica para que os empreendedores alimentem o sistema e o Iphan continue com o sistema de comando, controle e fiscalização desses projetos", explicou, apontando para a possibilidade de indicação de áreas que devem ser vistoriadas ou não.

Portugal citou ainda, como fatores complicadores para o licenciamento, as faltas de profissionais capacitados, de padrão no processo e de atendimento regional do Iphan para esclarecimento de dúvidas; o alto custo; a inexistência de mapeamento das áreas de proteção nas regiões urbanas e de definição em relação ao prazo e custo da avaliação arqueológica; e a necessidade de publicações de portarias centralizadas em Brasília; entre outros pontos.

MERCADO E GOVERNO DIALOGAM SOBRE LICENCIAMENTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Tereza Sá



No início da tarde de terça-feira (23), o painel 'A Aplicabilidade do Nível IV' se referiu ao tipo de licenciamento – previsto na Instrução Normativa N^o1/2015 do Iphan –

para implantação de linhas de transmissão de energia (acima de 138 quilovolts) e de pátio de aerogeradores em parques eólicos, devido ao potencial de impacto

ambiental que representam.

O coordenador técnico nacional de Licenciamento do Iphan, Roberto Stanchi, apontou que o Nível IV permite um processo de licenciamento ambiental mais previsível, regulado e com tempos de tramitação mais claros para os empreendedores. "A IN acaba avaliando empreendimentos de diversas tipologias que causam impacto ao patrimônio cultural que antes não eram

avaliados", garantiu.

O argumento foi reforçado pelo coordenador de Pesquisa e Licenciamento do órgão, Eric Lemos. Ele apresentou gráficos sobre a agilização de licenciamentos de grandes empreendimentos. "As obras relacionadas a geração e transmissão de energia representam quase 90% dos pedidos que recebemos hoje e o processo do Nível IV tem contribuído muito para acelerar o processo", disse Lemos.

Tereza Sá



O representante do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sini-con) e CBIC, Alexandre Nunes da Rosa (foto), destacou aspectos dúbios do Nível IV e a necessidade da exigência do mercado por mais segurança jurídica, agilidade e coerência e unificação de posicionamentos dos órgãos licenciadores. Ele também cobrou excelência técnica, tanto do Iphan e de institutos estaduais, como dos empreendedores. Rosa ainda pediu responsabilização da atuação de agentes externos de fiscalização, como o Ministério Público, em casos anômalos.

Representantes da Engie Brasil (braço nacional da empresa), o engenheiro e gerente de projeto Giuliano Pasquale e a arqueóloga Karen Schroder, apresentaram a estrutura de planejamento, licenciamento e implantação de projetos de transmissão de energia no Paraná, detalhando as etapas de mapeamento de restrições técnicas, ambientais, sociais e fundiárias, assim a estratégia de licenciamento.

Com 30 anos de experiência, a diretora da Scientia Consultoria Científica, Solange Caldarelli, detalhou as inovações da INNº1/2015 do Iphan na atividade e solicitou atualizações da norma. Ela compartilhou detalhes de sua participação em licenciamentos ambientais de empreendimentos rodoviários, ferroviários, aeroportuários, energéticos, minerários e urbanísticos, em todas as regiões do país para exemplificar o impacto de alterações legais sobre a atividade.



MINERAÇÃO

O painel final teve a moderação do coordenador de Pesquisa e Licenciamento do órgão, Eric Lemos, e a participação do coordenador de Geologia e Mineração do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Edmilson Rodrigues da Costa; do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Pedras Ornamentais (Abirochas), Paulo Orcioli; de Sandra Maia, assessora do Comitê de Cadeia Produtiva da Mineração; e da superintendente do Iphan no Amazonas, Karla Bitar.

A superintendente do Iphan no Amazonas traçou um panorama da atuação do órgão no estado e destacou que o déficit habitacional vem forçando a ocupação de sítios arqueológicos e correlacionou a atividade de mineração, por meio da produção de tijolos e telhas, por exemplo, como contribuinte para a indústria da

construção e imobiliária no sentido de prover a incorporação de residências necessárias.

Edmilson, Paulo e Sandra destacaram fortemente a geração de empregos, o impacto econômico no comércio nacional e exportações e a relevância estratégica das atividades de extração mineral não energética (ou seja, excluindo gás e petróleo) no Brasil, além das características do trabalho realizado em cada setor. Todavia, os gestores e representantes coincidiram em críticas quanto ao licenciamento na atividade, devido aos prazos superiores a outros países, elevado custo dos estudos ambientais, desestruturação e fragilidade dos órgãos fiscalizadores e licenciadores, imprevisibilidade para obtenção de licenças, excessiva intervenção do Ministério Público em processos e exigência de condicionantes muito além dos impactos reais dos projetos, entre outros pontos.

COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA DISCUTE SITUAÇÃO DO FGTS E PROJETO DE INDICADORES NACIONAIS

REUNIÃO TAMBÉM CONTOU COM APRESENTAÇÃO DE OPERAÇÕES DE BANCO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Divulgação



Na última sexta-feira (19), a reunião da Comissão da Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CII/CBIC) contou com as apresentações

da ex-secretária Nacional da Habitação, Henriqueta Arantes, sobre a situação do FGTS; da empresa Brain, sobre tendências de mercado; e do banco ABC, sobre



Celso Petrucci, presidente da CII/CBIC

crédito imobiliário. Realizado na sede do Secovi em São Paulo, o encontro foi aberto pelo presidente da CII, Celso Petrucci.

Para Petrucci, os próximos dois ou três anos deverão ser muito difíceis, independentemente do resultado das eleições e alertou para a necessidade de o setor estar preparado para esse novo momento, em que o mercado imobiliário, mesmo que timidamente, vem mostrando melhores resultados, acompanhando a evolução da economia.

Na sequência, Henriqueta lembrou que o FGTS é, por meio da construção civil, a única forma de geração de emprego de forma rápida e por isso a expectativa de mudança é boa. Ela afirmou que os últimos anos foram muito ruins para o Fundo e que o setor não tem conseguido convencer o Congresso dos perigos em relação ao FGTS embora venha fazendo um árduo trabalho na defesa dele.

A arquiteta e urbanista apresentou tabela com entradas e saídas do FGTS de 2012 a 2017, com projeções de 2018 a 2022, chamando atenção para o equilíbrio que houve entre entradas e saídas até 2015, a partir de quando, segundo ela, começou um desequilíbrio.

Henriqueta esclareceu que o primeiro impacto no Fundo foi a liberação das contas inativas e, desde então,

as saídas foram ficando maiores que as entradas, e, permanecendo a situação atual, em 2022 não haverá nem a obrigatoriedade mínima legal de reserva do fundo, o que significa a impossibilidade de contratações de financiamento. Ela esclareceu que o tema pode chegar a uma situação de o Fundo não ter condições de pagar os compromissos já assumidos.

A ex-gestora do Ministério das Cidades lembrou que a CBIC estava apresentando proposta ao governo federal, tendo como premissa relativa ao orçamento plurianual 2019 a 2020, rever as disponibilidades para garantir, no mínimo, o fundo de liquidez e a parcela de desembolso, a cada início de exercício, buscando garantir a melhor situação de contratação possível, com garantia de recursos para pagamento.

A Brain apontou que o mercado imobiliário continua numa crescente em lançamentos e vendas, com grande destaque para a região sudeste. A análise levou em consideração uma prévia dos indicadores referentes ao terceiro trimestre de 2018, para locais que já disponibilizaram as informações de julho e agosto. A apresentação integra o projeto da CII para elaboração de indicadores nacionais - para o qual a empresa foi contratada - em correalização com o Senai Nacional.

Com relação a crédito imobiliário, o banco ABC fez uma apresentação de suas operações de real state. Presente no Brasil há 29 anos e com sede brasileira em São Paulo, o ABC tem filiais em 15 locais no Brasil e atuação em todas as indústrias. O banco avalia os projetos não pelo custo, mas pelo que gera de caixa, de lucro, ou seja, quanto mais caixa, maior o financiamento.

Hus Morgan, representante do banco, esclareceu que um dos diferenciais é a agilidade na análise e contratação de financiamentos e que as operações de plano empresário, durante a obra, são similares à dos outros bancos brasileiros, mas no repasse, por ser um banco de atacado, não tem financiamento a pessoa física, entrando somente como interveniente quitante.



COMO EVITAR PROBLEMAS

DR. MARCOS SAES - Consultor da CMA/CBIC e Sócio proprietário do Saes Advogados

Tereza Sá



O empresário hoje no Brasil passa por toda a sorte de problemas e incertezas para empreender ou operar a sua empresa. Burocracia, morosidade do Judiciário, alta do dólar, excesso de regulamentação e crises políticas e do mercado. Não à toa, diz-se constantemente que o Brasil não é para amadores.

Sabendo que resolver problemas é algo extremamente complicado, custoso e demorado, o empreendedor deve buscar, a todo custo, evitar que esses problemas ocorram. E certamente a primeira coisa a ser feita para isso é conhecer as causas desses problemas.

Não é novidade para o setor produtivo brasileiro que os chamados “entraves ambientais” podem atrasar

ou até mesmo inviabilizar determinados projetos, obras ou operações empresariais. Mas certamente a melhor forma de conhecer as causas desses chamados entraves é dialogar com os órgãos que executam o licenciamento ambiental, com os chamados órgãos intervenientes (IPHAN, FUNAI, ICMBio e Fundação Palmares) e com o órgão de controle (Ministério Público). De igual forma, deve-se buscar um diálogo franco, aberto e constante com o Poder Judiciário, que é quem julga as questões que não puderam ser resolvidas com os órgãos anteriormente citados.

Pensando nisso que a CBIC, juntamente com outras entidades, realizou o evento “O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogo e perspectivas jurídicas”, nos dias 22 a 24 desse mês. Reunindo representantes do Judiciário, MPF, IBAMA, IPHAN, órgãos ambientais estaduais, consultores e empresários, foi possível entender muitas das causas desses entraves, bem como passar a posição do setor produtivo: quer empreender com sustentabilidade, respeitando o meio ambiente e o patrimônio arqueológico, mas precisa fazer isso com segurança jurídica, ou seja, com previsibilidade.

As regras do jogo precisam ser claras, precisam ser executadas dentro de prazos pré estabelecidos e devem ser uniformes. Mas isso não se aplica apenas aos órgãos ambientais e aos intervenientes, isso também deve ocorrer em relação ao Ministério Público e ao Judiciário. Vejamos.

É sabido que talvez uma das prerrogativas mais importantes ao Ministério Público é a independência funcional de seus membros. Mas a Constituição Federal que trouxe essa prerrogativa aos membros do MP também

disse que o órgão é uno e indivisível. Ora, sendo assim, não é razoável que membros do mesmo órgão tenham entendimentos divergentes sobre o mesmo assunto. Não se pode ter esse nível de insegurança para todos os atores envolvidos. Assim, é importante que os assuntos controvertidos sejam tratados pela instituição de modo a, pelo menos, ter uma orientação clara sobre os temas. Isso não favorece apenas o setor produtivo e os órgãos ambientais, isso fortalecerá o Ministério Público e auxiliará na ocorrência do desenvolvimento sustentável.

De igual forma o Poder Judiciário, talvez com mais facilidade que o MP – justamente por ter instâncias superiores que visam uniformizar a jurisprudência – deve ter posicionamentos claros e conhecidos acerca de como interpreta a legislação. O Poder Judiciário deve dirimir dúvidas acerca da correta aplicação da lei e uma vez dirimidas essas dúvidas, fazer com que todas

as questões iguais sejam julgadas de forma uniforme. Isso trará previsibilidade e até mesmo pacificação social.

Pudemos passar essas posições aos participantes do evento e demonstrar, que o que o empreendedor brasileiro quer e precisa não é facilitação ou flexibilização de qualquer tipo de norma, o que ele precisa é saber com clareza quais são as regras do jogo e saber isso antes de iniciar o esse jogo.

Saímos animados com os diálogos ocorridos e com a certeza de estarmos construindo um novo momento no país, em que as questões relacionadas ao meio ambiente serão tratadas por todos os envolvidos com o rigor necessário mas com a previsibilidade indispensável ao assunto.

Vamos juntos construir o desenvolvimento sustentável!



O Seguro PASI protege os trabalhadores de sua empresa.

Garantia: **MetLife**

PASI

CLIQUE AQUI E SOLICITE UMA PROPOSTA

Convênio **CBIC** Núcleo de Seguros

Reconhecido pela **CBIC** como o Seguro de Vida Oficial da Indústria da Construção

Central PASI – 4000-1989
contato@pasi.com.br – www.pasi.com.br

 /seguroPASI

Produto registrado na SUSEP sob nº 15414.003220/2010-81 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 0635-1, CNPJ 02.102.498/0001-29. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autoridade, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

Construção Civil - saldo na geração de vagas com carteira assinada (Saldo = admitidos - desligados)			
Nível geográfico	Setembro/2018	Acumulado jan-setembro/18	Acumulado em 12 meses (out/17 - set/18)
Total Brasil	12.481	80.135	-1.452
Regiões			
Norte	2.462	9.919	3.650
Nordeste	2.667	7.601	-6.049
Sudeste	5.974	36.116	2.289
Sul	502	12.389	-2.976
Centro Oeste	876	14.110	1.634
Regiões Metropolitanas			
Belém	303	-490	-1.010
Fortaleza	261	1.162	407
Recife	-77	-1.184	-1.396
Salvador	1.562	1.405	-1.632
Belo Horizonte	2.874	18.753	13.342
Rio de Janeiro	590	-5.741	-10.682
São Paulo	243	5.843	-3.982
Curitiba	593	2.598	-392
Porto Alegre	-457	936	-1.077

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) / Ministério do Trabalho.
Obs.: Dados acumulados de janeiro a setembro e também o acumulado em 12 meses: série com ajustes.

AGENDA DA SEMANA

29 de outubro

Workshop Internacional: Alvenaria Estrutural em Situação de Incêndio - Avaliação do Estado-da-Arte para Desenvolvimento de Normalização Nacional

Horário: 08h30 às 19h30

Local: Centro de Convenções - Avenida Érico Veríssimo, nº 500 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo - Unicamp - Campinas-SP

30 de outubro

Seminário de Ética e Compliance da Construção

Horário: 08h30 às 12h30

Local: Caixa Econômica Federal - Av. Aquidaban, 484 - Centro - Campinas-SP

30 de outubro

Trimble Day - Indústria 4.0

Horário: 08h30 às 18h

Local: Espaço Milenium - Rua Dr. Bacelar, 1043 - Vila Mariana - São Paulo-SP

31 de outubro

Reunião do Conselho de Administração da CBIC

Local: Salas América I e II, no térreo do hotel Windsor Brasília – SHN

Quadra 01, Conjunto A, Bloco A, Entrada B, na Asa Norte

Horário: 10h30 às 17h

AGENDA ECONÔMICA (CBIC)

29 de outubro

- Boletim FOCUS/Banco Central
- Sondagem Indústria da Construção / CBIC-CNI
- Sondagem da Indústria / FGV
- Sondagem de Serviços / FGV
- Estatísticas Fiscais / Banco Central

30 de outubro

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal / IBGE
- IGP-M / FGV
- Indicador de Incerteza da Economia / FGV
- Indicador do Comércio Exterior / FGV
- Reunião Ordinária do Conselho Curador do FGTS / Ministério do Trabalho

31 de outubro

- Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) / CNI
- Reunião COPOM – anúncio da Taxa Básica / Banco Central

01 de novembro

- Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil / IBGE
- Indicadores Industriais / CNI

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins

Equipe de Comunicação:

Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br

Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br

Sandra Bezerra – comunicacao@cbic.org.br

Allan de Carvalho - redacao@cbic.org.br

Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola

Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula

Telefone: (61) 3327-1013